

Jorge Costa Pereira; 28.11.2010

Educação - Plano do Governo para 2012

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

O Plano do Governo para 2012 encerrará a atual legislatura, culminando os quatro anos do X Governo dos Açores.

Na área da Educação, quatro anos e duas Secretárias regionais depois, este plano enquadra-se num ciclo governativo claramente de transição e, de alguma forma, de procura de identidade, após os doze anos em que a titularidade da Educação esteve entregue a Álamo de Meneses, que nela deixou um discutível mas forte cunho pessoal.

Impõe-se, por isso, um balanço à política educativa e aos seus resultados, limitado pelo tempo e pelas características deste debate, tendo em conta aquelas que foram as grandes linhas programáticas que o Governo apresentou a esta Assembleia.

De entre as considerações corretas e consensuais que o Programa do X Governo Regional assumiu, destaco o reconhecimento do dinamismo próprio dos desafios na área da Educação, considerando-se que “qualquer governação responsável terá necessariamente consciência de que os grandes problemas da Educação serão sempre problemas sem uma solução definitiva: todas as vezes que se julga atingido o objetivo pretendido (...) novos desafios (...) se perfilam no horizonte.”

Neste contexto, com verdade, o Programa do Governo reconhecia que “subsistem ainda na Região alguns problemas estruturais que urge resolver”, como por exemplo, o das baixas competências científicas e de literacia revelados pelos nossos alunos.

Para ajudar a combater tais problemas, o Governo assumia a necessidade de se definirem novos objetivos específicos que se materializavam, por exemplo, na construção de “uma rede de informação em linha que integre todas as escolas da Região”, ou em “ possibilitar o acesso direto, por via informática, de todas as escolas

aos fundos bibliográficos e aos catálogos de todas as bibliotecas e arquivos e museus regionais”.

Quatro anos depois, onde estão os objetivos específicos de uma política de combate à iliteracia?

Onde está a operar a rede de informação que ligaria “todas as escolas da Região, públicas, privadas e cooperativas em permanente atualização e manutenção pelas próprias escolas, e que envolva professores e educadores, alunos e funcionários, bem como as organizações de pais e encarregados de educação, as comissões de proteção de menores, e todas as entidades que de algum modo intervenham na vida de cada escola”?

Onde está a concretização do prometido “acesso direto, por via informática, de todas as escolas aos fundos bibliográficos e aos catálogos de todas as bibliotecas e arquivos e museus regionais, bem como às principais bibliotecas, arquivos e museus nacionais”?

Embora se reconheça a bondade destas medidas, não se pode, porém, deixar de as considerar benévolas aspirinas face à gravidade do diagnóstico. Mas, mesmo assim, a verdade é que nem essas medidas estão operativas. E por isso, o desiderato do combate aos problemas estruturais identificados ficou exatamente no mesmo ponto: até hoje não passou de promessas e de boas intenções!

Cai, assim, infelizmente, um dos grandes objetivos da política educativa e que se assumia com sendo um daqueles novos desafios que se perfilava no horizonte.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Este ciclo de transição na Secretaria Regional da Educação tem-se caracterizado essencialmente pela errância das orientações políticas e pelo improvisado. Os exemplos não faltam.

Em Novembro de 2010, a titular da Secretaria dizia aqui, referindo-se à bondade do Programa Oportunidade, que ele permitia “um par pedagógico, ou seja, dois professores para um número mais reduzido de alunos” e concluía que isso era

uma assinalável melhoria e uma vantagem comparativa com o modelo anterior pois “permite um acompanhamento mais próximo por parte dos docentes junto dos seus alunos.”

Isto foi dito no início do ano letivo de 2010-2011. Ter dois professores a trabalhar em par pedagógico, em cada turma do Programa Oportunidade, era uma mais-valia implementada nas escolas dos Açores.

Pois isso, o que em 2010-2011 era tão bom, tão positivo e que era uma vantagem, simplesmente foi banido do Programa Oportunidade no ano letivo 2011-2012!

Outro exemplo. No ano letivo 2009-2010, defendia-se a realização das Provas de Avaliação Sumativa Externa (as conhecidas PASE). Não só se defendia a sua aplicação nas escolas do Açores, como se exponenciou a sua importância, tendo-se decidido o seu alargamento: assim, para além do Português e da Matemática, nesse ano letivo, as PASE foram alargadas a outras disciplinas – ao Estudo do Meio, no 4º ano; às Ciências Naturais, no 6º ano; e às Ciências Físicas e Químicas, no 9º ano, prometendo-se a sua eventual extensão a outras disciplinas.

A verdade, porém, é que logo no ano letivo seguinte (2010-2011) se voltou às PASE apenas a Português e Matemática.

E já se anunciou para este ano letivo de 2011-2012 o fim das PASE e a realização em todas as escolas da Região dos exames nacionais, solução de que nunca nos devíamos ter afastado!

Ainda outro exemplo. Anunciou-se a necessidade de adoção de medidas de combate à burocracia nas nossas escolas. Criou-se até um grupo de trabalho e em Março de 2010, a Secretária Regional da Educação anunciava que “os projetos de desburocratização do ensino (...) estão a ser preparados para que no final de Abril (...) possa haver a apresentação de propostas. Tão altas expectativas apenas geraram uma decisão anunciada agora em Setembro passado e que se resume ao anúncio de que “os Professores vão deixar de elaborar relatórios nas situações de retenção de alunos”. Apesar do simbolismo desta única medida anunciada neste domínio, a verdade é que politicamente se assumiu com prioridade o combate à burocracia nas escolas e à necessidade de se libertar os docentes dessa praga que os atingiu. Mas, se nuns dias a

prioridade anunciada é de combate à burocracia nas escolas, noutros, é o inverso que se concretiza: veja-se o caso do novo Estatuto do Aluno que implicará novas práticas da mais requintada burocracia, como, aliás, aqui denunciámos.

Errância, pois, nas opções da política educativa. Mas também imprevisto disfarçado de autoridade e desse eufemismo chamado “razões pedagógicas”. Realizar integrações de unidades orgânicas sem nelas envolver os seus órgãos, encerrar escolas sem discussão nem prévio envolvimento das comunidades afetadas ou suas instituições, decidir encerrar escolas sem atender às realidades e especificidades locais, decidir encerrar escolas de um dia para o outro, como aconteceu nos últimos meses, só prova imprevisto e um detestável autoritarismo na forma de decidir.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Foram legítimas as esperanças dos docentes neste novo ciclo da Educação nos Açores. E se é certo que as duas revisões já feitas do Estatuto da Carreira Docente nesta legislatura permitiram retirar algumas perversidades e anacronismos, a verdade é que alguns permanecem e aguardamos com expectativa a terceira revisão que está em curso e que naturalmente subirá a esta Assembleia no decurso do próximo ano. Mas, seguramente, a decisão de realizar concursos docentes de quatro em quatro anos não ajudará em nada a reganhar a motivação e a esperança de muitos dos docentes dos Açores.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

O próximo ano letivo de 2012-2013 será o primeiro em que todos os alunos que este ano estão no 9º ano de escolaridade pela primeira vez, serão obrigados ao cumprimento de 12 anos de escolaridade obrigatória. Com a sua implementação são exetáveis dificuldades acrescidas nas escolas, sobretudo devido ao prolongamento da

permanência de alunos que se recusam simplesmente a aprender. Por isso, já tardam as orientações para as escolas sobre o alargamento da escolaridade obrigatória, já tarda a prometida e sucessivamente adiada nova carta escolar e já tarda o famoso estudo que se dizia que se estava a fazer sobre as implicações do alargamento da escolaridade obrigatória nas escolas dos Açores.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Mais uma legislatura caminha para o seu fim. Infelizmente, não podemos dela dizer que, na educação, os resultados conseguidos dão-nos o conforto de termos gerações melhor preparadas para enfrentar com êxito as dificuldades dos tempos de hoje. A revelação hoje feita pelo INE das estatísticas da educação em muitas ilhas dos Açores, por comparação com o todo nacional, aponta para números preocupantes. E nem as soluções específicas propostas para combater o nosso persistente mau desempenho nos vários estudos internacionais foram concretizadas.

No resto fica-nos a errância de medidas voluntaristas, que se implementam hoje e amanhã se cancelam, num setor que claramente perdeu consistência e coerência política.

Tenho dito.

Horta, 28 de Novembro de 2011

Jorge Costa Pereira
Deputado